

PROBLEMAS DE CIBERNÉTICA JURÍDICA

MARIO G. LOSANO

Professor da Universidade de Milão e Turim. Fundador do Centro de Juscibernética da Universidade de Turim.

A Ciência Social está conhecendo nos últimos anos, uma “computarização” sempre crescente, que a leva a se adaptar a tudo o que já existe nas outras disciplinas, onde o computador eletrônico é considerado um instrumento indispensável à pesquisa. A técnica de programação já faz parte do ensino nas faculdades de Ciências Humanas, Política e Jurídica. Essa expansão da pesquisa computarizada é acompanhada da expansão da automatização da administração pública e da atividade dos tribunais. No ano passado, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Cibernética, realizado em Porto Alegre, tive a oportunidade de discutir, com meus colegas brasileiros, as principais questões que surgem nesse setor. Sobre isso, volto novamente, neste artigo, a fim de fixar alguns pontos já estabelecidos.

Atualmente, nos tribunais, o uso do computador eletrônico tem, como função, auxiliar a Justiça a conhecer a norma jurídica e a sentença que possa servir na solução de um caso. Na Itália, por exemplo, o Tribunal de Cassação vem pondo na memória do computador a própria sentença e, agora, está efetuando a união do computador de Roma com os terminais das sedes dos principais tribunais italianos.

Dedicarei todo este artigo, sobre o que se pode fazer com o computador no campo da administração pública. A melhor maneira de se entender o assunto é examinando um exemplo concreto. Achamos conveniente levar em consideração os serviços do registro das populações municipais, visto que os funcionários devem consultar manualmente vastíssimos fichários, a fim de obterem os dados pretendidos. O tempo gasto na busca é bastante longo, na transcrição manual, em que se verificam

Transcrição de O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo 29 de julho de 1973.

frequêntes erros, recebendo os interessados o serviço em um ritmo mais lento. Por isso, em um certo nível de desenvolvimento urbano, torna-se indispensável recorrer ao computador. Todos os dados, contidos nos registros da população das cidades, vêm perfurados em cartões que podem ser lidos pelo computador. Os dados, desta maneira, são conservados na memória da máquina. Torna-se desse modo evidente o grande número de vantagens oferecidas por esse sistema.

Ele transforma, antes de mais nada, a própria estrutura física dos escritórios: onde antes havia um salão, onde se recebiam e eram acumuladas as solicitações e um outro contíguo, onde os funcionários procuravam os dados requeridos. Com o sistema automatizado, não há mais o tempo de espera entre a apresentação da pergunta e a resposta dada. A resposta é logo entregue ao interessado, pois o funcionário a solicita através do terminal, existente em cada guichê. O acesso aos dados contidos na memória do computador é imediato, da mesma forma que é imediata a resposta.

Contudo, a maior vantagem não é a rapidez do serviço, mas a possibilidade de descentralização que o computador oferece. Pensemos nas grandes cidades, as quais se expandem constantemente. Ainda assim, o escritório onde se localiza o seu registro populacional é apenas um, visto não ser mais necessário copiar manualmente os registros, a fim de distribuí-los aos escritórios de registro descentralizados.

O computador pode, por sua vez, ser interrogado por usuários, mesmo distantes, e de fato, cada usuário pode agir como se tivesse à sua disposição a memória inteira do computador. Essa característica técnica já permitiu criar escritórios descentralizados, que contribuíram notadamente para aliviar o trabalho das centrais.

Existem ainda outras funções. As grandes cidades são geralmente circundadas por um "cinturão urbano", constituído por pequenos centros que antes eram autônomos, mas que hoje fazem parte integrante da economia da grande cidade. Essa situação, no que se refere à Itália, é típica sobretudo de Milão e Turim, onde os centros dos cinturões se desenvolvem enormemente devido à imigração de trabalhadores provenientes da Itália meridional.

Desde que o custo de vida na grande cidade é muito alto, esses trabalhadores aportam, antes de mais nada, às áreas do cinturão, nas quais tanto os aluguéis como o custo de vida, em geral, são mais baratos. Em pouco tempo, porém, transferem-se para a grande cidade — no caso de serem bem sucedidos e de se adaptarem ao novo ambiente — ou retornam ao ponto de origem, no caso de não encontrarem trabalho, ou de perderem o emprego conseguido.

Esta observação tem um exato reflexo no trabalho de arrolamento, pois as comunas do cinturão — cujo orçamento é limitado — são as que devem gerir a maior quantidade de dados registrados, além de suportar toda uma série de despesas públicas, que vão desde as construções populares, até as escolas e os serviços médicos. O advento do registro automatizado permite repartir com maior equidade as despesas da grande cidade e das comunas do cinturão. Assim, a grande cidade administra o computador que memoriza os dados para todos, enquanto as pequenas cidades do cinturão usufruem do mesmo, mediante os terminais, pagando depois uma espécie de aluguel por todo o serviço, mas não o elevadíssimo dispêndio da instalação.

Dessa maneira, o computador se transforma também em um instrumento de racionalização da administração pública.

Um outro exemplo de automatização, que em um futuro não muito distante dará resultados espetaculares, é a automatização dos cadastros. Os cadastros europeus são bastante velhos, centenários e desde há alguns anos já se encontram em crise.

Assim como a crescente mobilidade social pôs em crise o registro populacional das cidades, o aumento da circulação dos bens imobiliários pôs em crise os cadastros tradicionais. Na Itália, em particular, o desenvolvimento das construções no último decênio foi rapidíssimo — embora em certos aspectos insatisfatório — sendo que cada novo edifício significa uma enorme quantidade de dados para registro nos livros de cadastro.

Na Itália, é muito comum a propriedade condominial de um imóvel: a empresa construtora vende um único edifício a diversos proprietários e desse modo o registro cadastral não é feito de edifício a edifício, mas de apartamento para apartamento.

Assim, a explosão de dados para registro não pode ser neutralizada, nem mesmo por meio de um grande aumento no número de funcionários nas repartições cadastrais, visto ser impossível o trabalho de tantas pessoas em um único arquivo, aberto para a consulta quotidiana.

Hoje, na Itália, chegou-se praticamente a uma estagnação no setor, pois as transcrições não são feitas rapidamente, levando-se anos antes que o novo proprietário veja seu nome inscrito no registro e, enquanto seu nome não é registrado, não é possível transferir a outros o bem imóvel em questão. O atraso do sistema cadastral europeu coloca-se como um obstáculo à livre circulação dos bens imóveis.

Por isso, a Baviera está experimentando um cadastro automatizado: os livros, empoeirados e seculares, transformam-se em fichas perfuradas e, assim, todos os dados relacionados com os bens imóveis passam para a memória do computador. Quando esse complicado processo de transferência chega ao fim, repete-se com o cadastro o fenômeno já realizado com o registro populacional e, assim, os escritórios cadastrais

podem ser descentralizados, no sentido de que uma grande cidade possa ter mais de um, ou que outra cidade de uma área economicamente homogênea possa unir-se a ela a fim de usar um cadastro comum.

Contudo, as previsões a curto prazo vão ainda mais longe, antecipando uma radical transformação até mesmo na profissão de escrivão público.

Quando o sistema informativo tiver sido aperfeiçoado, os terminais poderão ser também instalados nos tabelionatos e desse modo os problemas serão resolvidos no próprio local, com uma velocidade incrível para os dias de hoje. Possuir um terminal significa, na prática, ter

acesso direto a todos os dados memorizados. Dessa maneira, cada tabelião e cada tabelionato periférico, o que vale dizer, cada interessado, disporá dos dados do cadastro inteiro.

No Japão, por exemplo, foram computados estudos extremamente precisos sobre a futura sociedade "informática". O **Japan Computer Usage Development Institute** — CUDI —, em particular, calculou que, por volta de 1985, a sociedade japonesa transferirá o seu interesse e grande parte de seu orçamento do automóvel para o terminal do computador. Prevê-se, para a mesma data, que onze por cento das famílias japonesas terão um terminal na sua própria casa, destinado ao desenvolvimento do trabalho do chefe da família e aos estudos dos filhos. Para que se possa chegar a isso, observam os japoneses, é necessário que em 1985 a renda familiar esteja triplicada em relação à de hoje, ao mesmo tempo em que o custo dos terminais seja reduzido a um terço.

Deixando de lado um futuro tão distante, não há a menor dúvida de que a automatização da administração pública, da atividade dos tribunais e das profissões chamadas forenses será realizada proxima-mente. Esta automatização será enfrentada sem entusiasmo, mas sem temores preconcebidos, com um perfeito conhecimento do que o computador pode oferecer. Uma nova matéria a ser introduzida no currículo dos futuros juristas ou administradores públicos.

O curso, que aqui ministrarei a convite da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, me oferecerá a oportunidade de continuar esta explanação com os estudantes e juristas brasileiros, a fim de que possamos extrair conhecimentos para uma confrontação útil.

Aqui, com efeito, apenas sublinhamos um aspecto particular da automatização da administração pública. A esse respeito, encontram-se em um mesmo plano os países de industrialização antiga e os de industrialização recente, sendo que os últimos têm a grande vantagem de possuir instituições menos ligadas à tradição do que a maioria dos países europeus.